



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº 96.....
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01.139437/2019

PARECER Nº 070/2019-DP-4

EMENTA: ANÁLISE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2019 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 8.666/93.

Através do presente protocolo, o Pregoeiro solicita análise da minuta de Edital e respectivos anexos, para o Pregão Eletrônico nº. 011/2019, cujo objeto é a contratação de empresa de prestação de serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis da Curitiba S/A, atendendo as especificações contidas tanto no Projeto Básico (fls.01/05), bem como na minuta sob análise, tendo sido devidamente estabelecidas as especificações e quantidades, os parâmetros de preços e limites para o certame, bem como as obrigações das partes.

Da análise da minuta do instrumento convocatório e respectivos anexos, temos a considerar que estão em consonância com as determinações legais (art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93), razão pela qual, por não ter sido observado qualquer vício que inviabilize a continuidade do processo licitatório e desde que observadas as formalidades legais quanto à publicidade e aos prazos para a deflagração do certame, tem-se que a Minuta de Edital apresentada para o Pregão Eletrônico nº 011/2019 está em consonância com o ordenamento jurídico vigente, estando apto para a continuidade.

Anota-se, ainda, que a Diretoria Executiva já autorizou a abertura do processo licitatório na modalidade adotada (fls. 26), bem como foi atestado pela Gerência Financeira a disponibilidade de recursos financeiros para as despesas em questão (fls. 32), bem como indicados o gestor e respectivo suplente (fls. 27), declaração que os preços dos itens em referência estão de acordo com o praticado no mercado (fls. 31),

Diante disto, observadas as exigências de ordem legal e estando o edital e respectivos anexos em consonância com as determinações da Lei 8.666/93, bem como com a juntada da declaração de disponibilidade financeira para a despesa, entende esta Supervisão Jurídica que poderá ser dado continuidade e deflagrado o certame.

Curitiba, 28 de Novembro de 2019.

Ricardo Costa Maguetas
Assessoria Jurídica
OAB-PR 28.275